

Nesta edição

- Inverno rigoroso evidencia gargalos estruturais chineses
- Inflação torna-se risco político mais aparente e pressiona reforma cambial
- Desenvolvimento tecnológico chinês não é mais ficção científica
- Taiwan está mais perto da China, pelo Embaixador Amaury Porto

Clipping CEBC

O Conselho Empresarial Brasil-China oferece clipping das principais notícias sobre China, selecionadas diariamente pela equipe de análise do CEBC a partir de importantes jornais e revistas nacionais e internacionais.

Para obter mais informações sobre esse serviço e receber diariamente o Clipping CEBC em seu e-mail, entre em contato com a Secretaria Executiva do Conselho pelo endereço clipping@cebc.org.br.



Energia

Fortes nevascas interrompem fornecimento de carvão e agravam crise chinesa

Os primeiros meses de 2008 na China foram marcados pelo pior inverno dos últimos 50 anos, com prejuízos de US\$ 2 bilhões segundo Ministério de Assuntos Cíveis. O cenário catastrófico foi responsável pela interdição de vias de transporte, que impediram deslocamento de cidadãos e abastecimento regular de alimentos e carvão, principal fonte de energia do país. Nesse sentido, o inverno atípico contribuiu significativamente para a já acelerada alta inflacionária e explicitou dois dos maiores desafios a serem enfrentados pela China: gargalos em infra-estrutura e escassez energética.

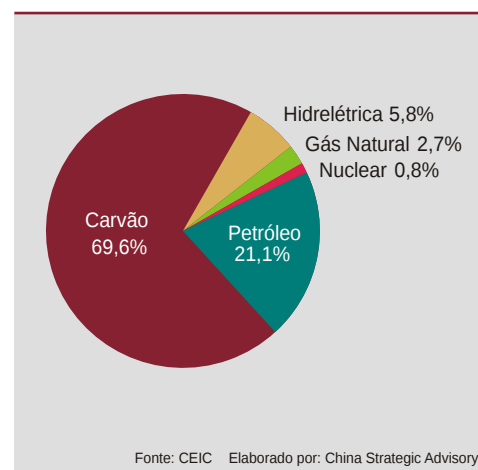
A região sul foi a mais afetada pelas nevascas e o deslocamento de 178 milhões de passageiros que desejavam viajar para suas províncias de origem a fim de comemorar o Ano Novo chinês na presença de familiares foi impedido pelo bloqueio de doze estradas no centro e no sul do país. O caos nas redes de transporte nacionais provocou transtornos na produção e distribuição de alimentos e o setor, que já enfrentava alta de preços desde o segundo semestre de 2007, registrou novo pico inflacionário. Os preços de vegetais, por exemplo, dobraram nas áreas mais afetadas em relação ao início de janeiro de 2008, período anterior às grandes nevascas. O índice de preços ao consumidor (IPC) encerrou o primeiro mês de 2008 com alta de 7,1% em comparação ao mesmo período de 2007, valor recorde nos últimos onze anos.

Leia mais

Carta da China 34
Macro China 11

Com o fechamento de ferrovias e trânsito rodoviário interrompido, o transporte de carvão foi praticamente suspenso. O problema recorrente de escassez de energia transformou-se em desafio a ser vencido em curto prazo e cerca de trinta milhões de cidadãos ficaram sem aquecimento e água potável durante dias. Vale destacar que, além de produção insuficiente e falhas na distribuição, a ineficiência de consumo energético agrava o problema. A China utiliza quatro vezes mais energia para produzir uma unidade de PIB que o grupo dos sete países mais desenvolvidos. Preocupados com baixa eficiência, o 11º Plano quinquenal (2006-2010) busca diminuir o consumo de energia por unidade do PIB em 20%, dobrar participação de energia nuclear no abastecimento do país para 4% e ampliar para 15% o uso de recursos energéticos renováveis.

Fontes de energia chinesa - 2005



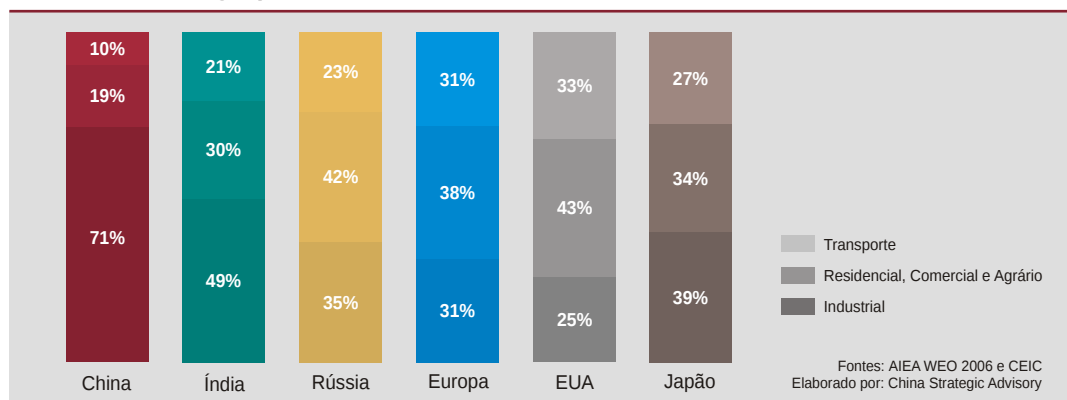
Como um país que aumentou capacidade energética equivalente ao “Reino Unido” sofre de crise energética? – Em 2007, a China acrescentou quase 100 gW à sua capacidade de geração de energia, que já era de 613 gW. No entanto, tal aumento não foi acompanhado de maior eficiência em produção e consumo energético, tampouco foram realizadas obras em infra-estrutura e logística para distribuição de carvão - responsável por cerca de 70% de toda energia gerada no país. Ademais, as reservas chinesas do combustível em janeiro se encontravam quase 40% abaixo do nível normal para o período. Assim, o inverno rigoroso e incomum somente fez agravar deficiências pré-existentes.

Para reduzir o impacto da crise de abastecimento, o governo chinês suspendeu exportações de carvão, o que agravou a pressão inflacionária sobre o preço do produto no mercado internacional. O país sempre foi grande exportador de carvão e ocupa atualmente a terceira colocação mundial, com 12% das reservas globais - vale destacar que ainda no primeiro semestre de 2007, a China, até então auto-suficiente em relação ao produto, registrou sua primeira revira-volta na balança comercial carbonífera: o total importado ultrapassava a quantidade exportada para o mundo. Somaram-se à redução da oferta chinesa de carvão, inundações em minas australianas, redução das vendas do produto de origem sul-africana para Europa em razão do aumento da demanda doméstica da África do Sul, dificuldade logística em transportar carvão russo e aumento das importações da *commodity* do Japão após grave problema em uma de suas usinas fornecedoras de energia. Diante de cenário de contração de oferta no mercado internacional o preço do carvão subiu 143% em um ano. Os Estados Unidos exportaram 25% a mais do produto em 2007 se comparado ao ano anterior.

A crise de abastecimento na China foi acentuada pelo fechamento de número expressivo de minas em 2007 por autoridades governamentais, em razão do número de acidentes fatais e necessidade de se reduzir o nível de poluição. Dados oficiais indicam que cerca de 90 unidades produtivas de carvão das cinco maiores empresas do setor na China teriam encerrado suas atividades em janeiro, reduzindo fornecimento em 2,8%. No entanto, analistas destacam que o impacto da redução proposital da oferta de carvão – motivada pelo descontentamento de empresários do setor com política de congelamento de preços para conter a inflação, em especial nos setores de energia e transporte públicos – seria mais expressivo. Nesse sentido, a queda do volume ofertado seria instrumento para pressionar revisão da medida de proteção ao consumidor. O governo chinês necessita, portanto, encontrar meios de equilibrar crescimento econômico, inflação e padrão internacional de segurança no trabalho.

Não é surpresa que um país que cresce a taxas expressivas há duas décadas também registre aumento significativo de sua demanda por energia. Porém, não é possível prever volume e velocidade pelo qual o consumo energético irá se expandir. A pouca previsibilidade, e não o aumento em si, seria o grande desafio para economia chinesa e fornecedores de recursos energéticos. O processo acelerado de urbanização e a expansão da classe média, ambas em andamento, não indicam que haverá contração significativa da demanda por energia no país. Atualmente, ainda são as indústrias pesadas as responsáveis por aproximadamente 70% da energia consumida na China.

Consumo de energia por setor - 2005



A substituição do carvão como matriz energética ainda está longe de ocorrer

A produção de hidroeletricidade contou por 15% do total de energia gerada pela China em 2006, entretanto, deve sofrer queda em 2008 devido às secas em regiões-chave. A produção de gás natural na China alcançou 69,31 bilhões de metros cúbicos em 2007, o que simboliza crescimento de 23,1% (4 pontos percentuais superior ao registrado em 2006). Para 2008, o governo chinês planeja aumentar ainda mais o total, levando a extração à 76 bilhões de metros cúbicos. A construção do segundo gasoduto no país será responsável pelo transporte de gás da Ásia Central ao litoral da China e deve iniciar suas operações em 2010. A meta chinesa é de que o gás natural aumente 3,5 pontos percentuais na participação do total de energia consumida no país (em 2006, o gás natural representou apenas 2,7% do total). Já utilização de plantas nucleares para fins energéticos pouco evoluiu desde 1997, porém são previstos grande volume de investimentos para o setor a fim de produzir 46 gW de capacidade até 2020.

Soluções implementadas são de curto prazo – As medidas apresentadas pelo governo durante período de crise não parecem evitar mesmos problemas em caso de cenário similar no futuro. Até então, não foi anunciado nenhum novo plano para sanar problemas de logística e infra-estrutura de transporte além do já comunicado antes da crise pelas autoridades chinesas. O mesmo vale para a redução da dependência do carvão ou evitar manutenção da alta de preços no setor de alimentos. Ao contrário de soluções de longo prazo, o Politburo implementou medida que prioriza o transporte de carvão, alimentos e pessoas e ordenou que portos paralisassem carregamentos de carvão destinado à exportação por duas semanas.

No setor de alimentos, por sua vez, o Ministério da Agricultura planeja criar subsídios de até US\$ 14 milhões destinados a auxiliar o setor agropecuário nas regiões mais atingidas. O congelamento dos preços de diferentes setores adotado pelo governo para auxiliar no combate à inflação é manobra arriscada. No caso do setor de alimentos, ainda não há como mensurar impacto das nevascas na produção de alimentos. Em princípio, a colheita de grãos que fazem parte da cesta básica chinesa, como soja, não sofrerá impactos significativos por serem cultivados na região norte do país. Entretanto, tal assertiva não considera excesso de produção que não for distribuído por razões logísticas.

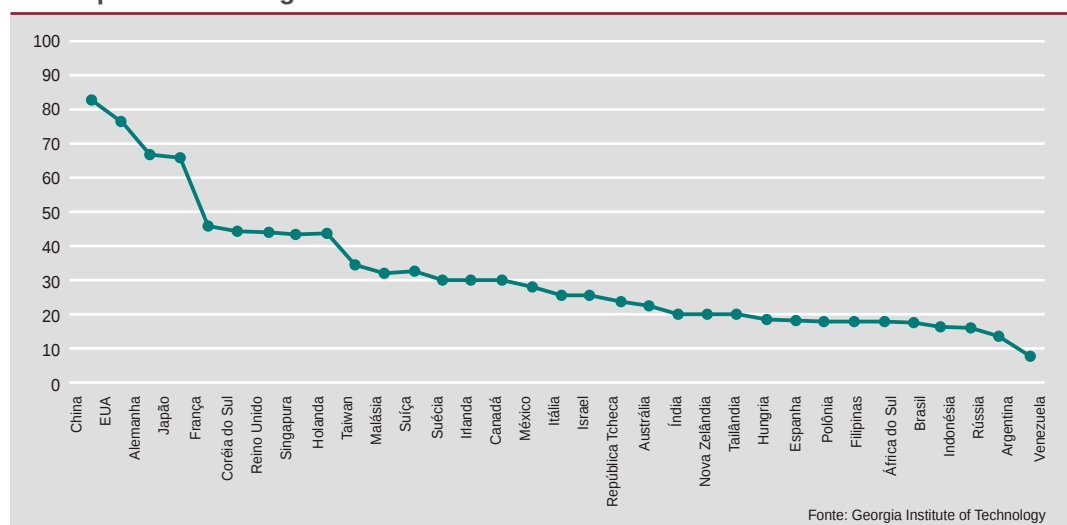
As catástrofes provocadas pelo inverno excessivamente rigoroso e incomum constituíram apenas estopim para crise quase latente e de existência prévia, servindo apenas de alerta à necessidade de investimentos em outras fontes de energia e em infra-estrutura. A paralisação de transportes elucidou os gargalos no sistema de transportes que, ao coincidir com período de fluxo intenso de pessoas em virtude de feriado nacional, levou o caos ao país. Assistiu-se ao “efeito dominó” acelerado por deficiências decorrentes do próprio crescimento econômico da China, que, se não sanadas emergirão novamente. ■

Tecnologia

Planejamento estratégico torna a China líder do *ranking* de competitividade tecnológica

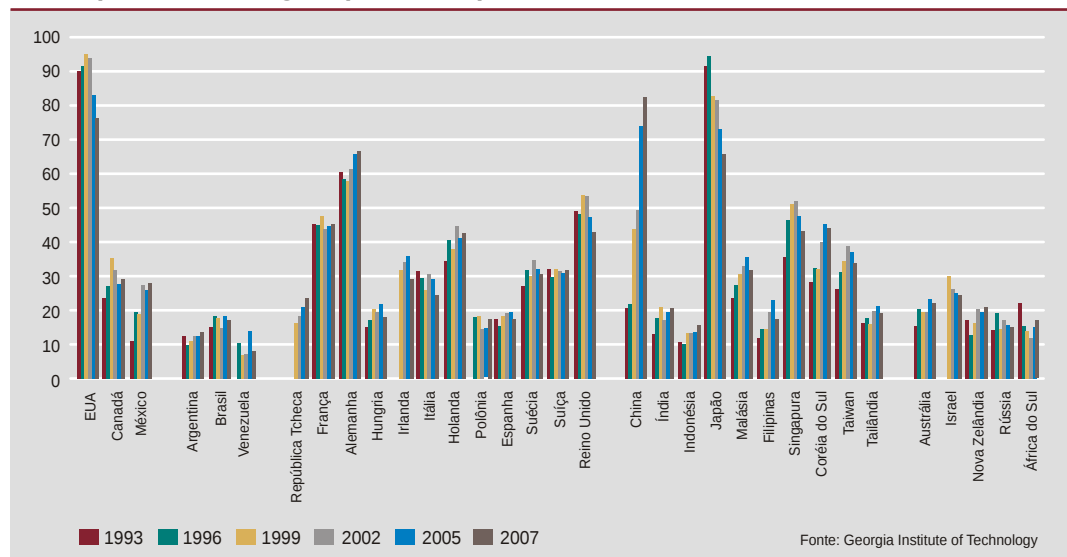
A China ultrapassou os Estados Unidos em exportações de produtos de alta tecnologia em 2007, conforme estudo divulgado em janeiro de 2008 pelo *Georgia Institute of Technology*. O Instituto publicou o relatório de 2007 sobre competitividade tecnológica entre países ("*High Tech Indicators – Technology-based Competitiveness of 33 Nations*"), no qual foi destacada a rápida ascensão da China, que assumiu a liderança. Apesar de algumas ressalvas ao resultado do estudo, este demonstra a recente, porém, intensa busca do país asiático pela fabricação de produtos de alta tecnologia, seja por meio de desenvolvimento de tecnologia própria ou por transferência por outros países. A reformulação do setor científico e tecnológico tem sido interpretada como uma das formas de integrar a China ao cenário internacional, que prioriza o desenvolvimento sustentável por meio de tecnologias novas e mais eficientes. Ademais, o setor não tem acompanhado o acelerado crescimento da economia chinesa, o que acarreta escassez de recursos energéticos, degradação do meio ambiente e frágil sistema de saúde pública. Para reverter tal situação e aprimorar o desenvolvimento científico e tecnológico da China, políticas de médio e longo prazo vêm sendo estabelecidas pelo governo, que fez desse desafio uma diretriz do país asiático.

O estudo tinha por objetivo avaliar a performance de 33 países na exportação de bens de alta tecnológica e, para tanto, utilizou como critério quatro fatores para análise: orientação nacional – indica se o país possui planejamento para se tornar tecnologicamente competitivo –, infra-estrutura socioeconômica, infra-estrutura tecnológica e capacidade de produção. A China obteve a primeira posição no resultado final, como o país cujas exportações de produtos de alta tecnologia são as mais competitivas no mundo.

Desempenho tecnológico em 2007

A rápida ascensão tecnológica chinesa apontada pelo estudo, contudo, deve ser acompanhada de algumas ponderações. Em primeiro lugar, apesar do excelente resultado, a avaliação da China em determinados indicadores não foi tão positiva, em especial, no fator "infra-estrutura socioeconômica". Em segundo lugar, deve-se ressaltar a queda acentuada dos Estados Unidos entre 1999 e 2007. Tal declínio decorreu da postura norte-americana de priorizar o desenvolvimento tecnológico e transferir a fabricação do produto final em terceiros países, em especial para a China – que se tornou principal destino. Todavia, apesar da maioria dos produtos exportados ainda não ser de tecnologia chinesa, o resultado não deve ser desconsiderado. A China vem realizando expressivos investimentos na criação de tecnologia própria e fez do Desenvolvimento Científico e Tecnológico uma das diretrizes do governo chinês.

Desempenho tecnológico (1993-2007)

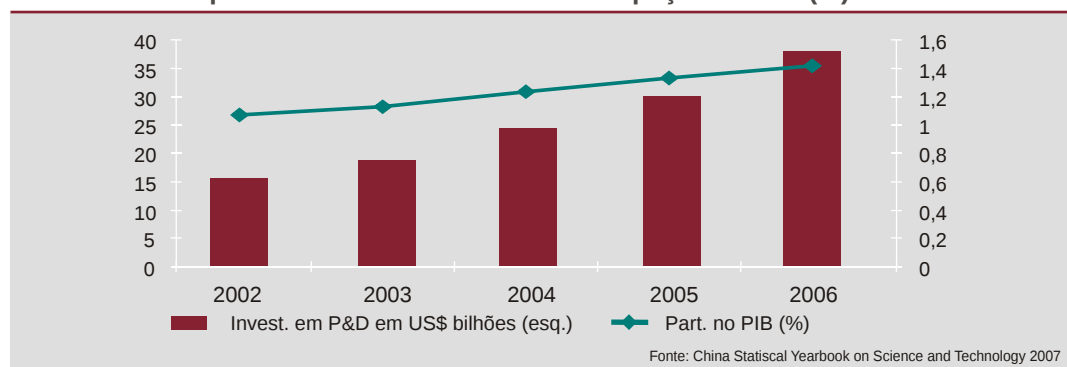


A discussão sobre o atual processo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na China se intensificou em 2003 com a elaboração do “Plano de Médio e Longo Prazo para Desenvolvimento Científico e Tecnológico de 2006 a 2020” (MLP, na sigla em inglês). O objetivo deste é tornar o país asiático uma “sociedade voltada para inovação tecnológica” (*innovation-oriented society*). O princípio fundamental é a busca por tecnologia desenvolvida pelos próprios chineses (*indigenous innovation*). O MLP tem promovido reformas políticas, reformulação de tarifas e impostos, investimento em educação em desenvolvimento tecnológico e científico, além de identificar os principais setores da economia nos quais se deve investir em pesquisa no país. Ademais, estabelece que o investimento em estudos voltados para ciência e tecnologia deverá representar 2,5% do PIB em 2020 – em 2005 a fatia foi de 1,3%. A China também deverá limitar sua dependência de tecnologia estrangeira, reduzindo em 30% as importações das mesmas e as contribuições dos produtos de alta tecnologia para o crescimento econômico deverão sofrer aumento significativo de 60% até 2020. Foi também estabelecido como meta que a China passe a constar entre os cinco maiores detentores de patentes no mundo. Em 2007 os registros chineses de patentes na Organização Mundial de Propriedade Intelectual aumentaram 40% e a China tornou-se o sétimo colocado em número de patentes registradas no ano.

Fator importante para se promover o desenvolvimento científico e tecnológico, o investimento em educação e mão-de-obra qualificada é uma das prioridades do governo chinês no MLP. Incrementar o sistema educacional, promovendo ensino de qualidade, constitui primeiro passo para formação de profissionais qualificados e, também, aptos a treinar a futura geração de trabalhadores chineses. O MLP determina reformas em diversas instituições de pesquisa do governo, mudanças no gerenciamento da área de Ciência & Tecnologia, encoraja que as empresas assumam postura de liderança nesse processo e urge por reformulação do sistema educacional para que haja uniformização nacional do mesmo.

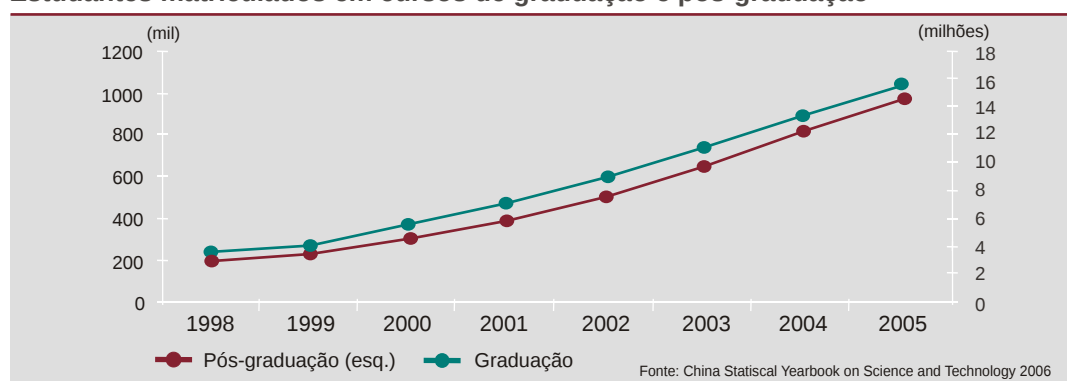
Os investimentos nesse sentido têm se intensificado consideravelmente nos últimos anos e um dos resultados é a expansão do número de instituições de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que aumentaram de 3.702 em 2002 para 4.154 em 2006. Os gastos do governo, empresas privadas e instituições independentes com Ensino Superior na área de P&D aumentaram de US\$ 15,7 bilhões em 2002 para US\$ 38 bilhões em 2006 – fatia que corresponde a 1,4% do PIB chinês. Apesar de participação ainda tímida no PIB, o incremento de 58,6% desses investimentos em cinco anos e o aumento na participação no PIB de 0,1 p.p. em apenas um ano apontam para horizonte no qual a China deverá ser uma potência em desenvolvimento de tecnologia própria.

Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento x Participação no PIB (%)



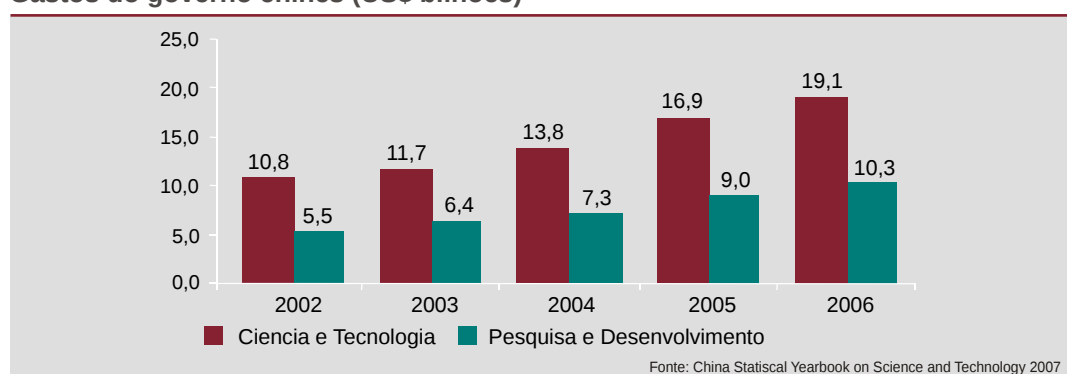
Observa-se como exemplo do maciço investimento em P&D o Dalian Software Park, parque tecnológico de altíssimo nível, localizado na cidade de Dalian. Financiado pelo governo, o projeto conta com profissionais renomados na área e serve como base para empresas chinesas e estrangeiras realizarem pesquisa e desenvolverem projetos em ciência e tecnologia. Atualmente o parque possui parceria com 392 empresas chinesas e estrangeiras. É interessante observar que o Dalian Software Park possui também parceria com as vinte universidades e centros de pesquisa que o cercam e formam seis mil profissionais especializados em Tecnologia da Informação anualmente.

Estudantes matriculados em cursos de graduação e pós-graduação



Como estratégias de médio prazo, o MLP prevê estabelecimento de zonas industriais de alta tecnologia, novo esquema de tarifas preferenciais e absorção de tecnologia estrangeira. O mesmo inclui ainda aumento e diversificação de fontes de recursos para os projetos de Ciência & Tecnologia, além de planejamento para tornar seus gastos mais eficientes. Essas estratégias constam no Plano Quinquenal do governo chinês (2006-2010), que prevê incentivos do governo para que empresas estrangeiras firmem parcerias com empresas, centros de pesquisa e universidades chinesas para promover interação, gerar aprendizado e transferência de tecnologia. De acordo com o Ministério do Comércio da China (MOFCOM, na sigla em inglês), até 2005 46% das multinacionais em operação na China estabeleceram centros de P&D e o projeto é incrementar ainda mais esse número até 2010. Segundo dados de 2007 do governo chinês, o total investido em 2006 por empresas chinesas e estrangeiras em P&D foi de US\$ 22,8 bilhões, desse total, 12,7% foram investidos por empresas estrangeiras. O governo, por sua vez, gastou em 2006 US\$ 10,3 bilhões em P&D e US\$ 19,1 bilhões em Ciência e Tecnologia.

Gastos do governo chinês (US\$ bilhões)



A nova legislação tributária, que entrou em vigor em janeiro de 2008, é outra importante medida cujo intuito é incentivar ainda mais cooperação e transferência de tecnologia por empresas estrangeiras. A nova lei tornou-se mais seletiva aos investimentos estrangeiros, priorizando por meio de benefícios e redução de impostos aqueles direcionados às indústrias de alta tecnologia e tecnologia nova. Observa-se como exemplo, o incentivo de redução tarifária de 15% para empresas estrangeiras que detiverem direito de propriedade intelectual e investirem em P&D tecnológico na China.

O projeto da China para expandir e aprimorar sua própria tecnologia enquadra-se num processo maior de reformulação pelo qual passa o país asiático. A China tem sido alvo de críticas da comunidade internacional sobre pirataria, produtos de baixa qualidade, degradação do meio ambiente, entre outros. No entanto, a China vem implementando uma série de políticas que objetivam o desenvolvimento científico e tecnológico e o tão almejado crescimento sustentável. A concretização de tais objetivos demanda planejamento estratégico e comprometimento de colocar em prática o que foi concebido, independente do viés político de quem está no poder. O país asiático tem sido rigoroso na implementação desses projetos, que, muitas vezes, são não somente atingidos, mas superados. Os investimentos maciços e o comprometimento demonstrado pela China nesse sentido, não deixam dúvidas sobre um futuro próximo no qual a China seja uma potência em Ciência e Tecnologia. ■

Macroeconomia

Inflação causa insatisfação popular e mudança de rumo na política cambial

Enquanto a repressão ostensiva continua desempenhando papel fundamental no combate à dissensão e manutenção do monopólio político do Partido Comunista chinês, a estatolatria e o culto à personalidade, que implicam numa população politicamente engajada e ideologicamente convencida, perderam totalmente seu apelo. Atualmente, a capacidade do governo chinês de prover bom desempenho econômico e alguma distribuição das benesses provenientes do desenvolvimento se consolida como uma das principais garantias de aquiescência a um governo geralmente pouco responsivo. Enquanto o desempenho da economia chinesa é inquestionável sob a maioria dos aspectos, o indicador mais palpável para a massa dos chineses, seu poder de compra aparente, nos últimos meses tem sido foco de muita insatisfação.

Desde agosto de 2007 registrando valores acima de 6%, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) chinês fechou janeiro em alta de 7,1% em comparação ao mesmo mês do ano anterior. No mesmo período, o Índice de Preços ao Produtor (IPP), que também apresenta trajetória ascendente desde setembro, registrou aumento de 6,1%. Ainda que relativamente moderada, a inflação já começa a apresentar dificuldades ao governo chinês. Este, consciente das possíveis repercussões negativas de uma crise inflacionária, tem depreendido esforços variados que compreendem desde respostas monetárias ortodoxas à maior rigidez no controle de preços de diversos produtos, deixando apenas o controle cambial relativamente intacto.

No entanto, a inadequação da intervenção sobre o sistema de preços e as conseqüências contraproducentes sobre o desequilíbrio entre oferta e demanda, aliados à crescente dificuldade em sustentar aumentos nas taxas de juros e de depósitos bancários, forçam a mão do governo chinês e realçam a necessidade de repensar a política cambial. O sucesso extraordinário do comércio exterior chinês – não obstante a lenta valorização do yuan, a inflação doméstica e a desaceleração da demanda norte-americana – enfraquece argumentos contra maior flexibilização do câmbio, que costumam repousar sobre o medo de perda de competitividade.

Segundo Trevor Houser, analista da *China Strategic Advisory*, o perigo existe, porém se restringe a determinados setores. No curto prazo, bens de consumo e capital, cuja exportação é mais estável e demoram mais para sofrer deslocamento na produção, sofrerão menos que produtos mais “commoditizados”. No médio e no longo prazo, Houser destaca que a perda de competitividade será menor nos setores intensivos em mão-de-obra, nos quais a China possui grande vantagem comparativa. Ademais, a perda de indústrias pesadas intensivas em capital e energia pode ser considerada desenvolvimento positivo à medida que ajuda a re-equilibrar a produção industrial e o comércio exterior

chineses, aliviando pressões inflacionárias do superávit comercial. A valorização do yuan tampouco pode ser considerada “exportação” da inflação chinesa para o resto do mundo enquanto o país continuar a substituir outros produtores mais caros em setores diversos.

Em vista de tais considerações, pode-se esperar valorização mais agressiva da moeda chinesa – previsões variam entre 7% e 25% - com consequências positivas para a economia e para o governo chinês. A tendência deve tomar ainda mais força à medida que os jogos olímpicos se aproximam e a disponibilidade e a demanda pela moeda aumentam. ■

Direitos humanos

Politização dos jogos olímpicos poderá ofuscar projeção da China no cenário internacional

Campanhas educativas “ocidentalizantes”, reformas e ampliação do sistema público de transporte, inauguração de novo aeroporto e grandes investimentos para realização das cerimônias de abertura e encerramento dos jogos são apenas algumas das medidas que devem surpreender espectadores durante as Olimpíadas de Pequim. No entanto, embora aparentemente preparada estruturalmente, ainda não é possível afirmar se no âmbito político a China está pronta para sediar o evento. A exemplo do ocorrido nos jogos de Berlim (1936), Moscou (1980) e Los Angeles (1984), mais uma vez as Olimpíadas prometem ser mais do que um evento esportivo.

Para o governo chinês, os jogos serão oportunidade de consolidar imagem de uma China moderna e estável, reafirmando a recuperação do prestígio doméstico do Partido Comunista tão abalado após os protestos de 1989 na Praça da Paz Celestial. De outro lado, a comunidade internacional anuncia manifestações durante o evento contrárias à política exterior chinesa não intervencionista e ensaia boicotes a produtos chineses após novos escândalos envolvendo controle de qualidade dos mesmos.

Desde que recebeu o direito de sediar os jogos, em 2001, a China já tinha conhecimento de que não seria fácil atenuar críticas ao desrespeito aos direitos humanos no país, bem como livrar-se de acusações de sustentar regimes autocráticos por meio de empréstimos a juros baixos e contratos comerciais bilaterais com países sob sanção internacional. Antes mesmo do início dos jogos, marcado para 08 de agosto de 2008, ativistas deram passos para a politização do evento. Campanhas pela independência do Tibete, fim do trabalho escravo e infantil, liberdade de imprensa e pela mudança de postura chinesa face aos conflitos no Sudão lideram os movimentos e apresentam seus primeiros efeitos.

Em fevereiro, o príncipe Charles negou convite para assistir os jogos e o cineasta Steven Spielberg cedeu à pressão de ativistas - entre eles celebridades e atletas - e rompeu contrato para criação da cerimônia de abertura das Olimpíadas. Segundo Charles e Spielberg, a decisão reflete desaprovação da política chinesa para o Sudão. Além de dificultar ações da Organização das Nações Unidas no país africano por meio do uso do direito de veto no Conselho de Segurança, a China é acusada de vender armas para a manutenção da guerra civil sudanesa e de firmar contratos comerciais milionários de fornecimento de recursos energéticos, que acabam por financiar o governo local.

O governo chinês, por sua vez, afirma que a tentativa de politização dos jogos de Pequim é “irracional, injusta e contrária ao espírito olímpico”. Embora discordem da legitimidade das manifestações, autoridades locais mostram-se preocupadas e adotam medidas preventivas ao alastramento de protestos. A contratação exclusivamente de cidadãos chineses para a gerência das 28 maiores competições é apenas um exemplo e suscita preocupação do Comitê Olímpico Internacional em razão da pouca experiência dos chineses envolvidos.

Se de fato concretizarem, as manifestações durante a competição deverão ser lideradas por ativistas estrangeiros – o mesmo vale para a nacionalidade dos participantes. Embora a presença maciça de veículos de imprensa internacional seja excelente momento para reivindicações da população local, a maior prosperidade econômica - mesmo que desigual entre os chineses - e o medo de represálias durante e após as Olimpíadas deverão conter envolvimento de cidadãos chineses. Patriotismo e orgulho nacional, bastante exaltados pelo governo chinês durante fase da organização dos jogos, também deverão limitar o número de ativistas locais, uma vez que as Olimpíadas são oportunidade de mostrar a China moderna construída nas últimas décadas. ■

Leia mais

Carta da China 19

Carta da China 33

Segurança

Novas perspectivas na questão de Taiwan

Embaixador Amaury Porto de Oliveira¹

Conforme já era amplamente esperado, o Kuomintang (KMT) foi o grande vencedor das eleições legislativas em Taiwan, em 12 de janeiro de 2008. Levantou mais de 70% das cadeiras em disputa, forçando Chen Shui-bian, o atual Presidente da República, a renunciar à chefia do derrotado Partido Democrático Progressista (PDP). Aumentaram muito as possibilidades do candidato do KMT, na eleição presidencial de março.

O KMT é o velho partido nacionalista, fundado por Sun Yat-sen nos idos de 1920. A liderança da corrente nacionalista foi depois assumida por Chiang Kai-shek, adversário ferrenho dos comunistas. Foram estes, no entanto, que conquistaram o poder na China, em 1949, e até 1992 a Questão de Taiwan (para onde fugira a cúpula nacionalista) girou em torno de qual dos dois partidos, KMT ou PCC, se firmaria no governo de todo o grande território nacional. A natureza da Questão mudou – de disputa interpartidária pelo governo da China para luta pela soberania sobre parcela do território chinês – com a eleição de Lee Teng-hui para a presidência da ilha em 1992. Lee nascera em Taiwan e passou a agitar a bandeira de uma identidade nacional distinta para os ilhéus, causa adotada e ampliada para luta pela independência, por Chen Shui-bian, o líder do PDP, eleito Presidente em 2000.

A campanha independentista de Chen beneficiou-se, a princípio, da chegada ao poder, em Washington, dos neo-conservadores de George W. Bush. Donald Rumsfeld, em especial, acirrou no quanto pôde a disputa, no sentido de elevá-la a confronto militar. Mas a sabedoria que tem demonstrado Pequim, em dar prioridade ao desenvolvimento econômico, vem neutralizando o empenho de uns quantos em encurralar a China num “cerco estratégico”. Empenho que, evidentemente, encontra eco em correntes mais belicosas dentro do ambiente chinês. Uma das tendências que têm abrigo no PCC, conhecida como “Nova Esquerda”, logrou em março de 2005 fazer aprovar pelo Legislativo a Lei Anti-Secessão, tornando automático o recurso às armas, se e quando o governo de Taipé cruzar uma série de limites, enunciados no texto legal. Foi uma estocada na doutrina do “Soerguimento Pacífico da China”, defendida pelo atual núcleo dirigente do regime. O Secretário-Geral, Hu Jintao, reagiu com presteza e brilho, convidando o líder do KMT na ilha a visitar Pequim. A visita ocorreu logo em abril, com grande impacto mediático e a Questão de Taiwan foi recolocada no seu antigo contexto de problema entre partidos. As repercussões no quadro partidário taiwanês foram um dos impulsos que prepararam o triunfo eleitoral do KMT, nas eleições de agora. O candidato favorito no pleito presidencial de março, Ma Ying-jeou, defende notoriamente o aperfeiçoamento das relações com a China continental.

A dimensão econômica dessas relações e o estado da economia da ilha são o grande tema do confronto eleitoral. Taiwan foi uma das grandes florações do surto industrializante na orla asiática do Pacífico, nos anos 1970-80, chamando a atenção de Deng Xiaoping, que buscou entrosar a diáspora com a marcha da modernização da China. Os taiwaneses responderam aos incentivos de Pequim com três ondas de investimentos. Inicialmente, pequenos e médios empresários da ilha transferiram maciçamente suas produções de baixa tecnologia para as províncias de Fujian e Guangdong. No início dos anos 1990, uma segunda vaga trouxe a produção petroquímica e o processamento de alimentos, e no fim da década foram as firmas voltadas para as tecnologias da informação que começaram a cruzar o Estreito, a fim de manterem sua competitividade internacional graças aos menores custos da China continental. Há análises que mostram 74% dos investimentos estrangeiros diretos (IED) de Taiwan demandando o continente, entre 1991-2002. Metade das mil maiores empresas de Taiwan têm algum investimento na China e mais de um milhão de taiwaneses (empresários, técnicos e familiares) vivem ali, sem que se ponha em causa sua “identidade cultural” de taiwaneses. Dispõem inclusive de escolas com o currículo da ilha.

A pressão contínua por novos negócios e a necessidade de ir e vir dessa enorme colônia deram grande apelo eleitoral ao problema dos vãos diretos, entre a ilha e o continente. O

¹ Amaury Porto de Oliveira é diplomata de carreira, aposentado após servir durante 45 anos. É associado ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) e ao Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACINT), na Universidade de São Paulo. É também membro do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), em São Paulo. Mantém-se ativo como conferencista e ensaísta nos assuntos asiáticos, com ênfase em China. Seu último posto na carreira diplomática foi como Embaixador em Cingapura (1987-1990).

favoritismo de Ma Ying-jeou na corrida presidencial vem, em grande parte, da sua identificação com esse tema. As ligações aéreas diretas acabariam com as demoradas trajetórias via Hong Kong, a que são atualmente obrigados empresários e turistas, dando impulso substancial ao turismo nos dois sentidos. Para lá dessas movimentações de pessoas, as relações econômicas China-Taiwan estão diante de novos desafios, trazidos pelo rejuvenescimento acelerado da China e da Índia. Todo o quadro internacional do comércio e dos investimentos está mudando, e mesmo nas grandes economias mundiais tratam as indústrias de ponta de adaptar-se ao novo nível da globalização. Para uma pequena ilha já bem entrosada nas cadeias produtivas globais é particularmente forte a pressão, como são também promissoras as oportunidades. Tudo, porém, a contrapelo da visão estreita do PDP.

Nos oito anos de um mandato a ponto de encerrar-se, Chen Shui-bian demonstrou grande renitência e capacidade de subterfúgios na promoção da causa independentista. A última carta que ainda pensa usar é um referendo popular, em torno de pedir ingresso na ONU, desta vez simplesmente como Taiwan. As avaliações sobre a reação do eleitorado a tal iniciativa não são encorajadoras para a causa. E o efeito desestabilizador da mesma, num processo que tem tudo para caminhar de forma tranqüila e criativa, não vem atraindo para ela apoios da comunidade internacional. Nem mesmo nos Estados Unidos, onde a perda de velocidade dos neo-conservadores vem compelindo o governo Bush a tomar mais em conta o novo peso da China. ■



Mudança sísmica: economia dá lugar à política²

Artur Kroeber³

O ano do rato, no qual a China acaba de entrar, marca o início do ciclo de doze anos do zodíaco chinês. Nesse espírito, damos uma pausa aos movimentos quotidianos do ciclo econômico para argumentar que a economia política chinesa está em vias de importante transformação de longo prazo. Esse texto analisa a natureza de tal transição. Pedimos desculpas de antemão pela extensão e natureza filosófica desse artigo, tal como pela relativa ausência de figuras. Um segundo artigo (mais curto e mais gráfico) identificará as conseqüências mais significativas dessa transição para o ambiente de investimento.

A tese essencial apresentada aqui é a de que a era das reformas econômicas iniciada no final dos anos 1970 já se encerrou e será sucedida por uma era de reformas de governança. A maioria dos observadores estrangeiros subestima severamente tanto a natureza de tal transição quanto a probabilidade de sucesso do Partido Comunista em criar um sistema de governo mais eficiente e responsivo. A principal implicação econômica é a de que custos de capital e de transação, deliberadamente mantidos baixos pelos últimos 30 anos, estão inexoravelmente aumentando.

Primeiramente, um pouco de história... - A história chinesa desde o início do regime do Partido Comunista em 1949 pode ser dividida em três fases, cada uma cobrindo aproximadamente uma geração. A primeira, de 1949 a 1978, foi a era socialista durante a qual o governo de Mao Tze-Tung tentou impor uma economia planificada. Essa tentativa acarretou um sem-número de conseqüências desastrosas, notavelmente a industrialização fracassada do Grande Salto à Diante (1956-59) que levou à fome em 1960 a 1962, da qual morreram entre 30 e 40 milhões de pessoas; e a crescente dependência do terror como instrumento político, que fragilizou toda uma geração de intelectuais e tecnocratas e levou a virtual guerra civil durante a Revolução Cultural (1966-69).

No entanto, essa era gerou também algumas conquistas reais, que firmaram as bases para o crescimento das décadas posteriores. A primeira destas seria a unificação política. Até 1912 a China era governada por uma autocracia imperial medieval que presidia sobre uma

² Em razão de seu tamanho, o presente artigo foi dividido em duas partes e a segunda parte será publicada na próxima edição de Carta da China.

³ Arthur Kroeber é editor-chefe da *China Economic Quarterly* e diretor da *Dragonomics Research*.

economia ampla, complexa, porém essencialmente malthusiana, na qual ganhos tecnológicos eram imediatamente neutralizados pelo crescimento populacional, resultando em raros aumentos na renda per capita. Após a queda do Estado tradicional se seguiram quatro décadas de entropia política durante as quais nenhuma autoridade central efetiva emergiu e poucos, se quaisquer, ganhos econômicos e sociais generalizados foram conquistados. O Partido Comunista Chinês (PCC), com extrema brutalidade, criou o arcabouço estável de um Estado moderno, principal requisito à modernização econômica. Décadas mais tarde, o arcabouço institucional estabelecido nos anos 1950 persiste e ganha poder, mesmo tendo desaparecido virtualmente todos os vestígios da ideologia comunista utilizados em sua criação.

Devido a sua eficiência em mobilização de massa, o PCC alcançou também grandes melhorias em serviços de saúde e educação. A expectativa de vida aumentou dos 45 anos em 1950 para quase 70 anos em 1980, graças às melhorias em higiene, vacinas e controle de doenças epidêmicas. O grau de alfabetização subiu de menos de 10% para cerca de 90% no mesmo período. Tais ganhos garantiram legitimidade substancial ao regime e ajudaram a contrabalancear sua incompetência e terrorismo em outras áreas. Foram indispensáveis para criar força de trabalho capaz de se inserir na economia global.

A era socialista produziu também duas políticas econômicas com conseqüências duradouras. Uma destas foi a coletivização das terras, conquistada com muita brutalidade durante os anos 1950. A conseqüência imediata foi perversa: a eliminação dos incentivos individuais foi a principal responsável pela grande fome. Mesmo após isso, no final dos anos 1960 e anos 1970, a produtividade agrícola cresceu mais vagarosamente do que se tivesse sido adotado um sistema mais livre. Porém, a coletivização destruiu as antigas concentrações fundiárias e, após os incentivos individuais terem sido restaurados nos anos 1980, a estrutura fundiária igualitária serviu de fundamento para rápido crescimento econômico, tal como no Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan. Tal estrutura evita que excedentes agrícolas sejam açambarcados por elites fundiárias visando extração de privilégios; pelo contrário, tais excedentes podem ser capturados pelo Estado e dirigidos à industrialização.

A segunda foi o surpreendente grau de descentralização industrial – surpreendente porque a China seguiu ostensivamente o modelo de planejamento central soviético. Ainda que na superfície a China tivesse a mesma configuração centralizada de comissão de planejamento estatal e ministérios industriais que a União Soviética, em realidade a tomada de decisões econômicas se encontrava muito mais dispersa. Graças à predileção de Mao pela autarquia local, toda província ou grande cidade possuía um conjunto mais ou menos completo de indústrias leves, produzindo necessidades básicas da vida urbana. Até mesmo a produção industrial pesada era duplicada em muitas localidades devido às preocupações de segurança nacional, acreditando-se que centros industriais demasiadamente concentrados deixariam a China vulnerável a bombardeios estratégicos em caso de guerra. Por conseqüência, quando administradores locais receberam incentivos ao crescimento na década de 1980, a maioria tinha muito com o que trabalhar.

As reformas sem modelo de Deng - A segunda era de regime do PCC teve início no final de 1978 com o Congresso do Partido que levou Deng Xiaoping ao poder, ainda que as preparações tenham se iniciado em 1973 quando Deng foi convocado de volta do exílio para reconstruir uma economia debilitada pelos excessos ideológicos da Revolução Cultural. Deng herdou uma economia que, apesar de melhoramentos em sua infraestrutura básica, era pouco eficiente em elevar a renda per capita. Sua meta pragmática era simplesmente a de fazer a economia funcionar melhor. Seu golpe de mestre foi a elaboração de slogan para seu programa de reformas que se provou indestrutível durante 30 anos de dramática inquietação econômica e social: *gaige kaifang*, ou “reforma e abertura”. Ao contrário de Japão, Coreia do Sul e Taiwan, que se desenvolveram protegidos por elevadas barreiras tarifárias e com pouco investimento estrangeiro, a China reconheceu que seu programa de reforma (*gaige*) era indissociável de crescente integração à economia global (*kaifang*), por meio de exportações e atração de investimento direto estrangeiro.

No entanto, a meta da reforma econômica chinesa, apesar do persistente equívoco de observadores estrangeiros, nunca foi a de criar uma economia capitalista aos moldes ocidentais. Não havia, de fato, nenhum modelo ou estado final pré-determinado para o

processo de reforma. Havia, contudo, três princípios subjacentes dos quais as lideranças não se desviaram até hoje:

1. A economia deve se tornar progressivamente mais eficiente em gerar riqueza.
2. O Estado deve manter controle direto substancial sobre a economia.
3. O PCC deve manter controle absoluto sobre o sistema político.

Ocidentais imediatamente compreenderam o primeiro princípio e frequentemente – por meio de uma combinação de falsas analogias e confusões entre causas e efeitos – argumentavam que, uma vez que todas as economias avançadas eram democracias políticas com propriedade estatal limitada dos ativos econômicos, os princípios 2 e 3 inevitavelmente conflitariam com o princípio 1 e deveriam, portanto, ser abandonados. Incessantemente ao longo dos últimos 30 anos, analistas internacionais têm insistido sobre como as medidas “gradativas” e “parciais” adotadas pela China em direção de se tornar uma economia de mercado a deixam em um “meio-termo” “insustentável” e como o abandono do princípio do controle estatal seria o único caminho para o progresso sustentável. Insistentemente estrangeiros têm declarado que a combinação de economia dinâmica e sistema político estático seria intrinsecamente instável e que pressões populares da “classe média emergente”, das “massas rurais indignadas”, ou “empreendedores dinâmicos” forçariam reformas políticas dramáticas – sem as quais o crescimento econômico iria desacelerar ou até mesmo pararia frente as resistências de tais contradições políticas.

Uma economia, três donos - *Sub specie aeternitatis*⁴, tais argumentos são provavelmente mais verdadeiros do que falsos. É improvável que a China adentre o século XXII – ou até mesmo a segunda metade do século XXI – sem um sistema de governo razoavelmente representativo ou uma porção muito maior da economia em mãos privadas. Por enquanto, porém, o programa de reformas de Deng tem provido uma síntese estável na qual a aderência aos três princípios acima mencionados tem se fortalecido. As distorções estruturais da economia planificada foram largamente eliminadas. Preços são determinados pelo mercado, excetuando-se alguns bens e serviços - notadamente energia - cujos preços são manipulados em algum grau na maioria dos países. A maioria dos mercados, inclusive aqueles dominados por players estatais, apresentam um grau significativo de competição. Desde meados dos anos 1990, a China tem sustentado crescimento anual de 10% e inflação inferior a 5%. O controle estatal de ativos foi reformado e tornado mais eficaz; a autoridade política do PCC é incontestada.

A natureza da economia chinesa pode ser mais bem compreendida por sua estrutura de propriedade. O setor estatal responde por aproximadamente 35% da produção e controla decisivamente todas as indústrias pesadas e os sistemas de distribuição e transmissão (*upstream and network sectors*) – como se fosse o esqueleto e a musculatura do corpo econômico nacional. Extração de recursos naturais, transporte, telecomunicações, geração e distribuição de energia, refinamento de petróleo, bem como a produção de materiais-chave tais quais aço e petroquímicos básicos, máquinas variadas e indústrias relativas à defesa nacional estão todos nas mãos do Estado. Ademais, os ativos desses setores estão progressivamente se consolidando nas mãos de um número menor de grandes empresas com administração cada vez mais profissional.

Muito estardalhaço foi feito acerca do declínio dramático da participação do Estado na economia nos últimos 20 anos. Porém, muito desse declínio é mais aparente do que real. Isto é explicado parcialmente por estatísticas enganosas. As séries padrão sobre produção industrial, por exemplo, podem ser interpretadas de modo a mostrar que firmas estatais agora respondem apenas por 10% da mesma. Esse dado, no entanto, é aplicável apenas às estatais tradicionais, de estruturas não-corporativas (*non-corporatized state enterprises*)⁵; quando são incluídas no cálculo as empresas estatais de estrutura corporativas (*corporatized state enterprises*) a participação estatal pula para até 47%.

⁴ “Do ponto de vista da eternidade.” Em outras palavras, no longo prazo de Keynes, no qual estaremos todos mortos.

⁵ Corporatização é o processo pelo qual empresas estatais reformam suas estruturas e operações e passam a adotar modelos semelhantes aos de corporações privadas.

Figura 1

O setor estatal diminui...

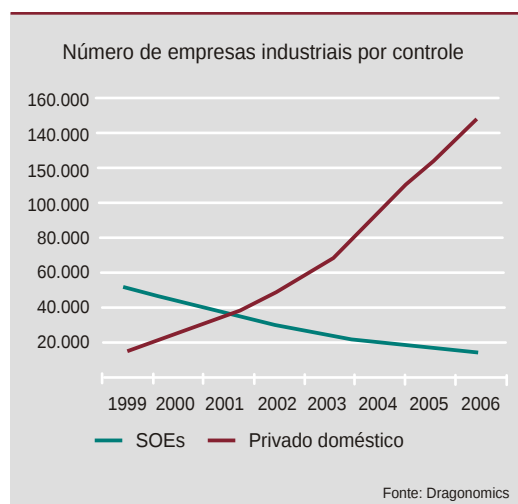
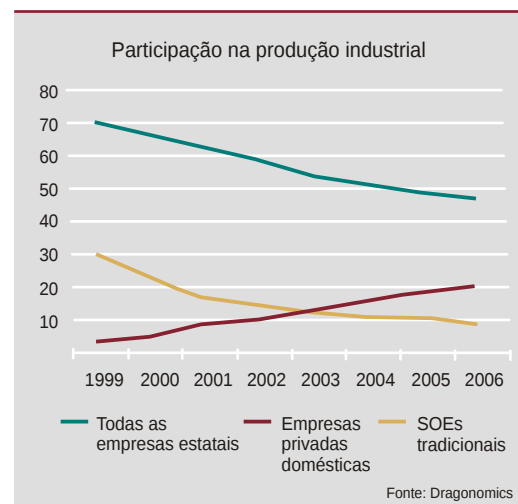


Figura 2

Será?



O que é mais importante é que Pequim passou a entender o conceito de “alavanca”. Na era socialista, acreditava-se que para que o Estado exercesse controle efetivo sobre a economia, deveria deter 100% dos ativos. Nos anos 1990, descobriu-se o fato mágico de que era possível vender participações minoritárias da maioria das empresas estatais para investidores estrangeiros, trazendo assim bilhões de dólares em capital sem ceder um pedacinho sequer de controle⁶. Mais recentemente, economistas ligados ao governo perceberam que controle estatal direto dos ativos econômicos poderia cair a até 10% sem afetar materialmente o controle definitivo do Estado sobre a economia.

O segundo componente da economia é o setor privado doméstico, que responde por porção maior da produção – aproximadamente 50%, que cresce. Este setor gera ainda virtualmente todo o crescimento marginal de emprego e apresenta retornos sobre capital aproximadamente 5% mais altos do que o setor estatal. No entanto, está fragmentado entre literalmente centenas de milhares de pequenas empresas cujo poder de mercado é limitado e cuja influência política é nula. A China tem falhado em produzir análogos aos grandes conglomerados privados tão proeminentes na maioria dos outros países asiáticos: Mitsubishi e Mitsui no Japão, Hyundai e LG na Coreia do Sul, Tata e Reliance na Índia, os extensos impérios de magnatas asiáticos como Li Ka-shing de Hong Kong e Robert Kuok, da Malásia. A ausência de grupos privados politicamente poderosos não é acidental; é consequência de uma política deliberada voltada a minimizar o papel político do setor privado - conforme determinam os princípios 2 e 3 discutidos anteriormente -, garantindo papel diretivo forte do Estado na economia e o monopólio político do PCC.

Capitalistas ocidentais ignorantes da economia desenvolvimentista observam a disparidade entre a eficiência dos setores privado e público e declaram que a China encara ruína ou estagnação, caso o “ineficiente” setor estatal não dê lugar ao “eficiente” setor privado. Isto ignora o fato de que o retorno sobre capital tem crescido a taxas semelhantes em ambos os setores; e que a porção estatal dos lucros industriais tem se mantido firme (Figura 3). Enquanto isso continuar haverá pouca pressão econômica para que o Estado ceda controle de indústrias-chave para atores privados. Ademais, de um ponto de vista desenvolvimentista, um setor estatal amplo desempenha papel importante e potencialmente benéfico: previne que privilégios econômicos sejam capturados por um pequeno grupo de magnatas e utilizados para construir impérios baseados em negociações de ativos ao invés de desenvolvimento industrial de base. Esse tipo mesquinho de capitalismo destruiu as Filipinas e limitou o desenvolvimento de outras economias do sudeste asiático; dinâmicas parecidas levaram a resultados negativos em grande parte da América Latina⁷.

⁶ Os mais recentes estrangeiros a descobrirem como esse jogo é jogado são o Bank of América e o Royal Bank of Scotland, que compraram participações minoritárias no China Construction Bank e no Bank of China, respectivamente. Ambos imaginaram que conseguiriam alguma influência sobre as operações de seus parceiros chineses e penetração no mercado bancário chinês. Fontes confiáveis em ambos os bancos nos informaram que já abandonaram essas ilusões e agora tratam seus investimentos meramente como jogadas financeiras (muito bem-sucedidas).

⁷ Para um a análise profunda da cultura magnata e seus impactos desastrosos sobre as economias do sudeste asiático, ver o livro recente do fundador da *China Economic Quarterly*, Joe Studwell, *Asian Godfathers*. (Profile Books, 2007).

Figura 3

Será?



Acoplamento secular, desacoplamento cíclico - O elemento final da economia mista chinesa é o setor privado de capital estrangeiro. Este responde por aproximadamente 15% da produção, 60% das exportações e 90% das exportações consideradas “high tech” pelo governo chinês. Se o setor estatal é o esqueleto e os músculos, o setor privado é a carne e o osso, o setor privado de capital estrangeiro é similar a uma barra energética. É o condutor pelo qual nutrientes básicos – novas tecnologias e expertise – são continuamente introduzidos na economia chinesa e é provavelmente a maior fonte de aumento de produtividade na China, além dos ganhos provenientes da aplicação bruta de grande quantidade de capital a grandes quantidades de mão-de-obra.

Essa visível dependência externa tem levado muitos analistas a sugerir que uma desaceleração no crescimento mundial significaria problema para a China. No entanto, estes falham ao não compreender a diferença entre as relações secular e cíclica da China com a economia global. Em termos seculares, como Deng Xiaoping claramente entendeu quando forçou o *keifang* a andar pari passo com o *gaige*, a China depende profundamente da existência de ordem econômica internacional liberal, com livre fluxo de bens e capital e das contínuas inovações em tecnologia geradas pelas economias avançadas e abertas, principalmente os Estados Unidos. Se tal sistema congelasse subitamente e bens, capital e conhecimento parassem de fluir pelo mundo, a China enfrentaria dificuldades sérias: devido parcialmente à perda de demanda excedente, mas primordialmente devido à perda de acesso às benesses do ganho de produtividade.

Em termos cíclicos, no entanto, enquanto esse sistema se mantiver a China é tão imensa que será virtualmente invulnerável aos altos e baixos da atividade econômica mundial. Uma política fiscal moderadamente prudente pode garantir que se a demanda excedente sumir das contas externas – como aconteceu em 1998- 1999 e parece em vias de acontecer em 2008-2009 – gastos governamentais diretos e indiretos podem compensar tais perdas. Já que a produtividade continua a aumentar rapidamente, produtores terão capacidade de responder a condições mais restritivas sem perdas críticas de lucratividade. E porque custos de capital e transação continuam baixos e são em grande medida discricionários – dependendo de quão firme o governo seja na implementação de requisitos regulatórios – restrições orçamentárias podem ser amenizadas até que o ciclo volte a ascender. Esse mecanismo é um dos inúmeros “amortecedores de choque” na economia chinesa que, como argumentamos frequentemente no passado, possibilitam que a China sobreviva às rotações dos ciclos globais de demanda e preços de *commodities*. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 13.02.2008. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Defesa comercial

Brasil reduz tarifa *antidumping* sobre glifosato chinês

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou redução de 35,8% para 11,7% da tarifa *antidumping* aplicada sobre importações brasileiras da China de glifosato, utilizado na fabricação de herbicidas. A medida é provisória e será revista após término de novo estudo, liderado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que estabelecerá tarifa ideal a ser aplicada sobre o insumo.

A decisão irá reduzir custos de produção de milho, soja e demais lavouras transgênicas, uma vez que diminui significativamente preço final de herbicidas mais utilizados nestas plantações. Estima-se que o faturamento de indústrias brasileiras produtoras do defensivo seja de US\$ 1 bilhão e a norte-americana Monsanto domina 80% da produção e comercialização no mercado doméstico.

Mineração

Demanda asiática impulsiona preço do minério de ferro

Vale, segunda maior mineradora e maior produtora de minério de ferro mundial, conseguiu aumento de 65% no preço do minério em negociação com contrapartes chinesas, japonesas e sul-coreanas. O minério de Carajás, de mais alta qualidade, sofreu reajuste de 71%.

O valor acordado está dentro das amplas margens previstas, entre 30 e 80%, porém não satisfaz as rivais australianas da empresa, BHP Billiton e Rio Tinto, que reivindicam aumentos superiores alegando diferencial no custo logístico da exportação do minério.

Siderúrgicas chinesas, a exemplo da Baosteel, repassarão aos consumidores grande parte do aumento do preço do insumo. O efeito multiplicador do aumento do preço do aço deverá ser visível nas indústrias de linha branca e demais máquinas, nas quais o aço é a principal matéria-prima, além de impactar diretamente o saldo comercial brasileiro.

Investimento estrangeiro I

Governo chinês publica escala de risco para investimento no exterior

A estatal chinesa, Export & Credit Insurance Corp (Sinosure), realizou pela primeira vez análise sobre riscos de investir fora do país. O estudo contou com tabela classificatória de 191 países, que utiliza como critério aspectos políticos, econômicos, sociais e situação financeira. A publicação subdividiu o total de países em escala de 1 a 9, de acordo com o nível de risco para se investir nos mesmos. Países africanos e asiáticos estão entre os mais arriscados e receberam graus 8 e 9. Não foi concedido grau 1 a nenhum país, porém treze países foram classificados como grau 2, dentre eles Japão, Austrália, Canadá, Estados Unidos e oito países da Europa Ocidental.

A China é um dos países que mais investe em áreas consideradas arriscadas, em razão de questões políticas, econômicas e sociais. Estima-se que os riscos em 2007 aumentaram quase 30% em países receptores de capital chinês, como Irã, Angola e Sudão, principais fornecedores de petróleo para a China. O investimento externo chinês tem crescido fortemente nos últimos cinco anos e alcançou US\$ 30 bilhões em 2007, ultrapassando pela primeira vez o Japão.

Investimento estrangeiro II

Chinalco compra participação na Rio Tinto e impulsiona investimento chinês no exterior

A siderúrgica norte-americana Alcoa e a Aluminium Corporation of China (Chinalco) compraram participação de 12% da mineradora anglo-australiana Rio Tinto em janeiro de 2008. O investimento totalizou US\$ 14 bilhões, sendo a Chinalco parceira majoritária na transação. A parte chinesa foi financiada pelo China Development Bank, por meio do fundo soberano China Investment Corporation, e representou o maior investimento chinês já realizado no exterior. O volume cada vez maior de investimento no exterior evidencia, sobretudo, a transição da China em direção a uma economia globalizada e integrada ao comércio internacional. A ascensão do país asiático é rápida e eficaz, uma vez que empresas chinesas vêm se sobrepondo aos seus concorrentes, como ocorreu durante a compra da mineradora anglo-australiana, disputada também pela gigante no setor BHP Billiton.

Comércio internacional

China recebe primeira condenação na OMC desde sua adesão

Em fevereiro de 2008 a China foi condenada pela primeira vez pela Organização Mundial do Comércio (OMC) desde sua entrada em 2001. Estados Unidos, Canadá e União Européia denunciaram no final de 2006 que a China aplicava sobretaxa em partes de veículos produzidas no exterior que ingressavam no país asiático. Conforme os reclamantes, quando as peças em questão representavam 60% do automóvel montado na China, o país aplicava tarifas correspondentes a um veículo importado. Tal medida excedia o teto tarifário chinês de 10% para partes de automóveis e “impunha” um mínimo de 40% de produtos locais aos veículos montados na China. Essa sobretaxa, de acordo com os Estados Unidos, Canadá e União Européia, vai de encontro às leis internacionais de comércio e, portanto, é passível de punição pela OMC.

[Leia mais](#)[Carta da China 25](#)

A China ainda poderá recorrer da decisão, porém, suas chances de reverter o resultado são pequenas. Uma vez que a Organização não possui instrumentos coercitivos para fazer valer suas decisões, especula-se sobre qual será a postura chinesa perante a condenação. Cumprir ou não a determinação da OMC mostrará ao mundo se a China realmente está disposta a aceitar as leis que regem o comércio internacional e fazer parte de um cenário globalizado no qual os Estados aceitam as normas das organizações internacionais. Deve-se lembrar que a grande explosão das exportações chinesas e seu superávit comercial ocorreu após a adesão do país à OMC e, dessa forma, apesar do impacto decorrente da decisão, é de se esperar que o país aceite as regras do jogo para não colocar em risco os benefícios oriundos dessa nova fase.

Tecnologia

Nova *joint-venture* da Chery fornecerá tecnologia em novo contrato internacional

A Chery Quantum Automobile tornou-se a mais nova *joint-venture* da empresa automobilística chinesa Chery com a Quantum, subsidiária norte-americana da fabricante Israel Corp.. A israelense aportou capital no montante de US\$ 225 milhões por 45% da *joint-venture*, enquanto a Chery fornecerá tecnologia e terreno por 55% – em detrimento dos investimentos financeiros diretos, conforme vinha acontecendo em contratos anteriores com empresas estrangeiras. Trata-se da primeira vez em que uma empresa chinesa oferece principalmente tecnologia como investimento.

A iniciativa reflete o interesse da quarta maior empresa automobilística chinesa de avançar no mercado global, principalmente europeu e norte-americano. Somente no segundo semestre, a empresa iniciou produções no Uruguai, com intuito de alcançar os mercados argentino e brasileiro, e no Irã, ambos com acordos firmados com empresas estrangeiras.

[Leia mais](#)[Carta da China 31](#)
[Carta da China 30](#)

Sistema financeiro I

Fundos de investimentos chineses podem fornecer serviços de *wealth management*

A partir de janeiro de 2008, fundos de investimentos chineses foram autorizados a fornecer serviços de *wealth management* no país. Anteriormente, administradores de fundos prestavam apenas serviços de consultoria para investidores. Nove destes já foram autorizadas a prestar o serviço, anteriormente limitado a bancos comerciais. Para obter autorização é necessário possuir ativos no montante mínimo de US\$ 28,12 milhões e mínimo de US\$ 2,81 bilhões em ativos sob administração no último trimestre. Após aprovação, as empresas podem aceitar clientes com mínimo de US\$ 7,03 milhões para investir - em ações, *bonds*, fundos de ações, entre outros.

Anos consecutivos de crescimento econômico criaram nova classe de bilionários na China, o que favorece esse setor. A nova regra permite que as taxas de administração dos fundos alcancem até 20% dos rendimentos, muito acima das taxas praticadas nos mercados ocidentais.

Protecionismo

China acusa Estados Unidos de usar segurança nacional para justificar protecionismo

Governo dos Estados Unidos bloqueou aquisição de parte da 3Com, produtora de roteadores e equipamentos de rede, pela chinesa Huawei Technologies em fevereiro. Para negar oferta de US\$ 2,2 bilhões por 17% das ações da 3Com, o Congresso norte-americano alegou razões de segurança nacional. De acordo com investigações, a Huawei teria ligações com o exército chinês.

Essa não é a primeira vez que os Estados Unidos impedem a entrada de capital chinês em setores sensíveis da economia. Em 2005, o governo norte-americano bloqueou investimento de US\$ 18,5 bilhões a ser realizado pela China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) para adquirir a petrolífera Unocal.

Sistema financeiro II

Cresce o número de créditos podres na China

A China registrou em 2007 a maior taxa de créditos podres desde 2003 em razão do aumento do número de empresas em risco de falência – estas afetadas, principalmente, pelo maior controle governamental sobre empréstimos bancários. Essa medida advém do empenho de Pequim em diminuir o ritmo crescente de empréstimos, de forma a evitar que o superaquecimento da economia e a inflação atinjam o país de forma profunda.

Em 2007, o Banco Central chinês aumentou as taxas de juros seis vezes e a proporção de depósitos compulsórios para 15%, maior valor em 20 anos, além de obrigar bancos a restringirem concessão de empréstimos. Bancos chineses concederam US\$ 504 bilhões em empréstimos em 2007, valor 16% superior ao registrado 2006.

Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Dani Nedal e Ana Luiza do Carmo

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design